



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 2ª Região
Corregedoria Regional

**Relatório de Correição Ordinária na
15ª Vara Federal do Rio de Janeiro
Seção Judiciária do Rio de Janeiro**

22 a 26/10/2018



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 2ª Região
Corregedoria Regional

TRF2
Fls 63

Desembargadora Federal Nizete Antônia Lobato Rodrigues Carmo

Corregedora Regional da Justiça Federal da 2ª Região



Sumário

1. ATOS PREPARATÓRIOS E ABERTURA.....	5
2. METODOLOGIA UTILIZADA.....	6
3. CARACTERÍSTICAS DA UNIDADE JURISDICIONAL	8
3.1. Servidores em teletrabalho.....	8
4. GESTÃO DA SECRETARIA	9
5. GESTÃO DE METAS.....	10
5.1. Metas internas	10
5.2. Classificação de desempenho	10
5.3. Atingimento das Metas Nacionais do Poder Judiciário definidas pelo CNJ/2017	11
5.3.1. Comparativo com as outras as outras Varas Cíveis com a mesma especialização (Saúde Pública).....	11
6. PRODUÇÃO DE ATOS JUDICIAIS E ACERVO CONCLUSO	16
6.1. Produção e classificação de sentenças	16
6.2. Acervo concluso	17
6.3. Acervo com prazos vencidos para prolação de ato judicial (art. 57, CNCR)	17
7. EVOLUÇÃO DO ACERVO	21
7.1. Acervo da unidade	21
7.2. Gráficos comparativos da evolução do acervo entre Varas e/ou Juizados Especiais Federais mesma competência	22
7.2.1. Acervo total.....	22
7.2.2. Acervo ativo.....	23
7.2.3. Acervo suspenso.....	23
8. DESCRIÇÃO DO FLUXO DO PROCESSAMENTO	24
8.1. Critérios de seleção e identificação eletrônica dos feitos prioritários.....	24
8.2. Trânsito de feitos entre a Secretaria e o gabinete de apoio à Magistrada.....	24
8.3. Fluxo dos processos após a sentença.....	24
9. ANÁLISE DO PROCESSAMENTO.....	25
9.1. Balcão de entrada	25
9.2. Processos em segredo de justiça	25
9.3. Cumprimento dos prazos de controle e aferição do acervo (art. 57, CNCR).....	26
9.4. Documentos pendentes de juntada.....	28



9.5.	Remessa externa	28
10.	AÇÕES E SITUAÇÕES SUJEITAS À VERIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA.....	30
11.	PROCESSOS SUSPENSOS.....	32
12.	RPVs e PRECATÓRIOS.....	36
13.	BENS ACAUTELADOS/APREENDIDOS	37
14.	LIVROS E PASTAS	39
15.	INFRAESTRUTURA FÍSICA E LÓGICA	41
16.	TÓPICOS ESPECÍFICOS POR MATÉRIA.....	45
16.1.	CÍVEL E PREVIDENCIÁRIA.....	45
16.1.1.	Regularidade das ações que versam sobre sequestro internacional de crianças.....	45
16.1.2.	Regularidade das ações que versam sobre entrega de certificado de naturalização .	45
17.	ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES DA CORREIÇÃO ANTERIOR	47
18.	BOAS PRÁTICAS OBSERVADAS	48
19.	COMPILAÇÃO DAS SUGESTÕES DA EQUIPE DE CORREIÇÕES	49
20.	ENCERRAMENTO	50



1. ATOS PREPARATÓRIOS E ABERTURA

A correição ordinária na 15ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro – RJ (15VF-RJ), de 22 a 26/10/2018, realizada em cumprimento ao disposto nos artigos 6º, III, da Lei 11.798/2008, c/c 1º a 13 e 26, da Resolução nº 496/2006, e 1º e 4º, I, da Resolução nº 49/2009, ambas do Conselho da Justiça Federal (CJF); 24, III, do Regimento Interno do Tribunal Regional Federal da Segunda Região (TRF2); 45 a 48 da Consolidação de Normas da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 2ª Região (CNCR) e da Portaria nº TRF2-PTC-2017/00141, alterada pelas Portarias nº TRF2-PTC-2017/00154, 307, 488 e 494 e 2018/00016, 35, 114, 149, 214 e 352 da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 2ª Região, foi previamente comunicada ao Ministério Público Federal – MPF/RJ (2017/7726 e 2018/13559) e MPF/ES (2017/7760 e 2018/02008), à Defensoria Pública da União – DPU/RJ (2017/7323 e 2018/13569) e DPU/ES (2017/7755 e 2018/02011), à Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/RJ (2017/7747 e 2018/13572) e OAB/ES (2017/7748 e 2018/02004), a Advocacia Geral da União – AGU/RJ (2017/7744 e 2018/13574) e AGU/ES (2018/02014) e à Procuradoria Regional da Fazenda Nacional da 2ª Região – PRFN/RJ (2017/7752 e 2018/13577) e PRFN/ES (2018/02013).

Relatórios e mapas estatísticos da unidade correicionada foram extraídos do sistema de acompanhamento processual da 1ª Instância da Justiça Federal do Rio de Janeiro (APOLO) e do Portal de Estatísticas da 2ª Região (PORTAL), antes, durante e, complementarmente, depois da semana da Correição.

A representante da OAB/RJ, Advogada ALESSANDRA LAMHA CARNEIRO, participou da abertura e do encerramento da Correição Ordinária, sem fazer consignações específicas sobre a unidade.

A abertura da correição ordinária, foi consignada em ata, anexa, subscrita pelo Meritíssimo Juiz Federal ADRIANO DE OLIVEIRA FRANÇA, substituto da unidade correicionada, e pela equipe de servidores designados na supracitada Portaria para realizar os trabalhos, coordenados pelo Assessor Judiciário, FABIO ALDROVANDO, Técnico Judiciário dos quadros do TRF2.



2. METODOLOGIA UTILIZADA

A DD. Corregedora Regional determinou a presença de dois ou mais servidores nas unidades com acervo majoritariamente físico ou eletrônico, pelo menos num dos dias destinados aos trabalhos, para verificar sobretudo a regularidade dos livros obrigatórios, a adequação de guarda e depósito de bens, mídias e documentos apreendidos ou acautelados em Juízo, de processos físicos ainda existentes, as condições de infraestrutura, inclusive de informática, disponíveis para atender ao público, servidores e magistrados, tudo visando aferir a regularidade das rotinas das secretarias e trâmite dos documentos físicos e digitalizados (cf. Portaria CR2 nº TRF2-PTC-2017/00141, de 07/04/2017).

Constatado nos mapas estatísticos a existência de 3.490 processos, sendo 859 físicos e 2.631 eletrônicos, nos trabalhos presenciais, além das verificações obrigatórias, a equipe de servidores designados pela DD. Corregedora colheu informações do Diretor de Secretaria, Oficial de Gabinete e Supervisores mormente sobre:

(i) A ministração de curso de capacitação técnica aos servidores-gestores pelas Seções Judiciárias, em cumprimento ao disposto no art. 5º, §5º, da Lei 11.416/2006¹ para atividades-fins, gestão de pessoas e de processos de trabalho, e qual o tempo consumido mensalmente nessas tarefas;

(ii) As metas internas que orientam a unidade e como os gestores monitoram o cumprimento das metas nacionais estabelecidas pelo E. Conselho Nacional de Justiça (CNJ);

(iii) O fluxo do processamento dos feitos judiciais, especialmente: (a) forma de seleção dos processos prioritários (pedido de tutela de saúde, valor econômico expressivo, etc.); (b) organização da Secretaria para absorver eventual distribuição de demandas de massa; (c) a interlocução entre os servidores que processam feitos na Secretaria e os de apoio ao gabinete, visando à triagem de feitos para sentença e minimizando conversões em diligência por falhas no processamento; (d) a certificação do trânsito em julgado

¹ art. 5º. Integram os Quadros de Pessoal dos órgãos do Poder Judiciário da União as Funções Comissionadas, escalonadas de FC-1 a FC-6, e os Cargos em Comissão, escalonados de CJ-1 a CJ-4, para o exercício de atribuições de direção, chefia e assessoramento.

(...)

§2º. As funções comissionadas de natureza gerencial serão exercidas preferencialmente por servidores com formação superior.

§ 3º. Consideram-se funções comissionadas de natureza gerencial aquelas em que haja vínculo de subordinação e poder de decisão, especificados em regulamento, exigindo-se do titular participação em curso de desenvolvimento gerencial oferecido pelo órgão.

§4º. Os servidores designados para o exercício de função comissionada de natureza gerencial que não tiverem participado de curso de desenvolvimento gerencial oferecido pelo órgão deverão fazê-lo no prazo de até um ano da publicação do ato, a fim de obterem a certificação.

§5º. A participação dos titulares de funções comissionadas de que trata o § 4o deste artigo em cursos de desenvolvimento gerencial é obrigatória, a cada 2 (dois) anos, sob a responsabilidade dos respectivos órgãos do Poder Judiciário da União.

(...)



e correta identificação da fase de cumprimento de sentença, com efetivo registro dos movimentos respectivos no APOLO; (e) o procedimento utilizado para dar celeridade à baixa dos feitos.

(iv) A utilização dos sistemas de informática conveniados disponibilizados para uso pelas Secretarias e eventual necessidade de capacitação específica dos servidores para manuseá-los;

(v) As boas práticas e/ou dificuldades identificadas para realizar as tarefas diárias.



3. CARACTERÍSTICAS DA UNIDADE JURISDICIONAL

Denominação: 15ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro – RJ (15VF-RJ)

Data de instalação: 14/03/1984.

Endereço: Avenida Rio Branco, 243, ANEXO II, 9º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ.

Juiz Titular: Dra. CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA, desde 11/02/2009.

Juiz Substituto: Dr. ADRIANO DE OLIVEIRA FRANÇA.

Diretora de Secretaria: Dra. LUCIANE TEIXEIRA DE OLIVEIRA.

Competências: Cível. Especializada em julgar feitos que envolvam direito à saúde pública e matérias cíveis remanescentes.

Quadro de Pessoal desde a última correição

Correições	Analistas Judiciários	Técnicos Judiciários	Técnicos Jud. de Segurança	Requisitados	Total de Servidores
Julho/16	4	9	1	0	14
Outubro/18	3	10	1	0	14

A unidade possui treze servidores na área jurídica e um agente de segurança e transporte. Não há rotatividade na 15ª VF.

3.1. Servidores em teletrabalho

Não há servidores em teletrabalho.



4. GESTÃO DA SECRETARIA

A gestão da Secretaria do Juízo é feita pela Diretora LUCIANE TEIXEIRA DE OLIVEIRA, nomeada pela Egrégia Presidência do TRF2; pelos Supervisores CRISTIANE CARVALHO BRITO e VINICIUS MEDEIROS LIMA DANTAS, e pela Oficiala de Gabinete MONICA CONCEIÇÃO IRITZ SOUTO, todos com capacitação ministrada pela SJRJ a cada dois anos (artigo 5º, §§2º e 5º, da Lei 11.416/2006).

Os serviços da Secretaria são inspecionados uma vez por ano pelo Magistrado no exercício da titularidade. Na última Inspeção Judicial Ordinária, de 21 a 25/05/2018, não foram solicitadas providências à Corregedoria (art. 13, III e IV, da Lei nº 5.010/1966), e tampouco há registro de Inspeção Extraordinária nos serviços cartorários.



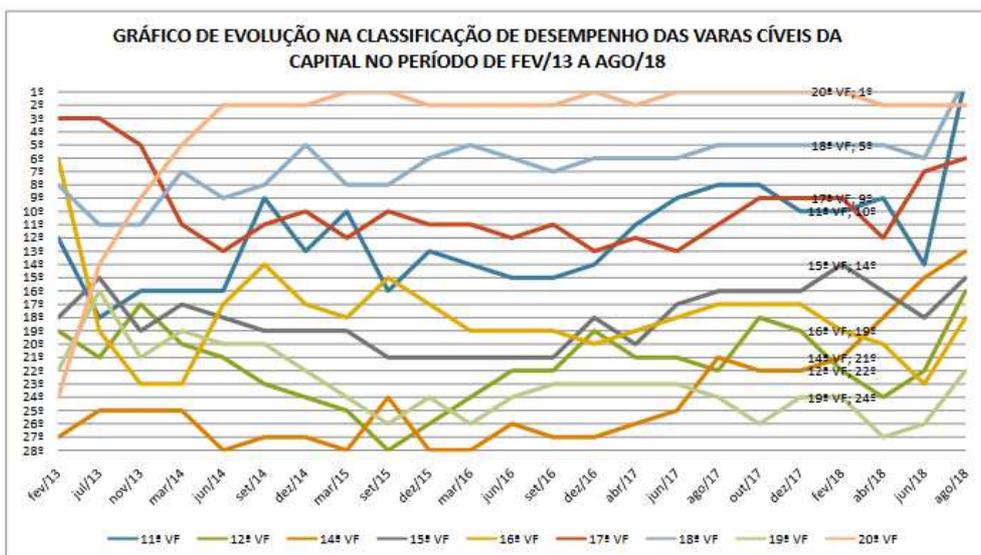
5. GESTÃO DE METAS

5.1. Metas internas

A unidade não possui metas numéricas de produtividade. A Diretora de Secretaria afirmou que busca agilizar o máximo possível a tramitação dos feitos, mantendo a qualidade do serviço.

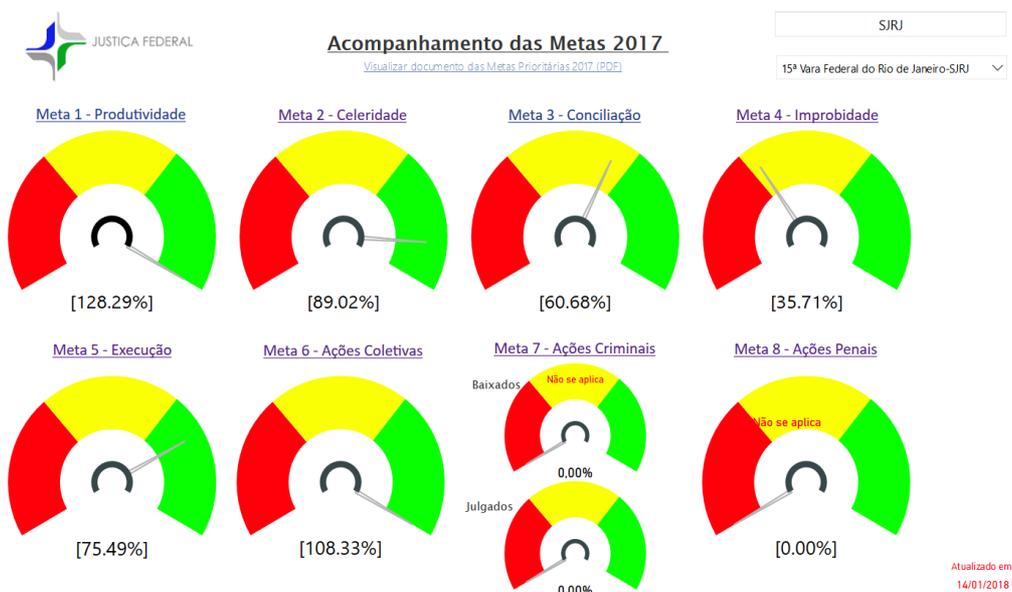
5.2. Classificação de desempenho

Varas Cíveis - SJRJ (11ª VF a 20ª VF)





5.3. Atingimento das Metas Nacionais do Poder Judiciário definidas pelo CNJ/2017



5.3.1. Comparativo com as outras as outras Varas Cíveis com a mesma especialização (Saúde Pública)

META Nº 1 (Julgar mais que distribuídos)

VARA	ATINGIMENTO (%) 2017	ATINGIMENTO (%) 2018 (até 03/11/18)
4ªVF-RJ	129,63	102,71
15ªVF-RJ	128,29	119,62
23ªVF-RJ	82,35	113,81
28ªVF-RJ	136,32	168,95

**META Nº 2 (Julgamento de processos antigos)**

VARA	ATINGIMENTO (%) 2017	ATINGIMENTO (%) 2018 (até 03/11/18)
4ªVF-RJ	98,54	97,61
15ªVF-RJ	89,02	87,63
23ªVF-RJ	96,51	96,12
28ªVF-RJ	90,75	88,74

META Nº 3 (Conciliação)

VARA	ATINGIMENTO (%) 2017	ATINGIMENTO (%) 2018 (até 03/11/18)
4ªVF-RJ	252,10	376,34
15ªVF-RJ	60,68	80,43
23ªVF-RJ	457,45	379,75
28ªVF-RJ	522,96	489,69

META Nº 4 (Improbidade)



VARA	ATINGIMENTO (%) 2017	ATINGIMENTO (%) 2018 (até 03/11/18)
4ªVF-RJ	142,86	142,86
15ªVF-RJ	35,71	142,86
23ªVF-RJ	95,24	142,86
28ªVF-RJ	47,62	119,05

META Nº 5 – (Execução)

VARA	ATINGIMENTO (%) 2017	ATINGIMENTO (%) 2018 (até 03/11/18)
4ªVF-RJ	185,71	55,68
15ªVF-RJ	75,49	59,08
23ªVF-RJ	108,41	77,88
28ªVF-RJ	88,32	47,74

Meta nº 6 – (Ações Coletivas)

VARA	ATINGIMENTO (%) 2017	ATINGIMENTO (%) 2018 (até 03/11/18)
4ªVF-RJ	125,00	87,50
15ªVF-RJ	108,33	105,77



23ªVF-RJ	98,21	100,00
28ªVF-RJ	81,25	93,75

A unidade cumpriu integralmente as Metas nº 1 e 6 do CNJ/2017. Entretanto, nas Metas nº 2, 3, 4 e 5 CNJ/2017 os resultados foram inferiores.

Por amostragem, foram inspecionados os processos a seguir, entre os 153 processos-alvo da Meta nº 2 CNJ/2017 pendentes de julgamento.

Amostra de processos analisados:

Processo	Classe	Objeto da ação	Mov. regular em 12 meses? *	Último Movim.	Data último Movim.
0026623-55.1988.4.02.5101	Ação de Desapropriação	Posse/Propriedade de Imóveis	sim	Remessa para a PRF com prazo final de 19/12/2018.	26/10/18
0039546-79.1989.4.02.5101	Ação de Usucapião	Posse/Propriedade de Imóveis	sim	Remessa para DPU com prazo final de 29/11/2018.	01/10/18
0055360-82.1999.4.02.5101	Embargos à Execução	Desapropriação. Indenização.	sim	Suspensão por OUTROS FASE/PROCESSO EXECUÇÃO.	08/10/18
0006012-46.2009.4.02.5101	Embargos à Ação Monitória	Contratos de Direito Civil	sim	Intimação de despacho.	26/10/18
0025011-47.2009.4.02.5101	Embargos à Execução	Vencimentos ou Proventos de Serv. Pub.	sim	Conclusão para Despacho	23/10/18

* Movimentação cartorária e prolação de atos judiciais nos prazos dos arts. 227 e 228, da CNCR, desconsiderado sucessiva atualização de registro no APOLO (fase 51) sem que haja ato praticado nos autos.

Não há, s.m.j, irregularidade atribuível à unidade correicionada.

Quanto à Meta CNJ nº 4/2017, a Resolução nº TRF2-RSP-2018/00019, de 06/04/2018, determinou a redistribuição dos feitos de Improbidade Administrativa para as 8ª, 11ª e 18ªVF-RJ, varas especializadas na matéria, motivo pelo qual deixa-se de consignar sugestão de regularização.

Cumpriu-se 75,49% da Meta CNJ nº 5 /2017. Por amostragem, foram inspecionados os processos a seguir:

Amostra de processos analisados pendentes da Meta CNJ nº 5 /2017:

Processo	Julgado pendente de	Data de trânsito	Mov. regular	Último	Data
----------	---------------------	------------------	--------------	--------	------



	cumprimento	em julgado	em 12 meses? *	Movim.	último Movim.
0000041-53.2014.4.02.5118	Crédito de Cédula de Crédito Bancário.	-	não	Movimentação Cartorária tipo Expedir Mandado.	02/08/18
0001329-64.2013.4.02.5120	Crédito de Cédula de Crédito Bancário.	-	sim	Devolução de remessa.	30/10/18
0001397-08.2012.4.02.5101	Parcelas pretéritas de abono de permanência.	03/06/16	sim	Juntada de petição da União tomando ciência da sentença de extinção da execução.	23/10/18
0001821-55.2009.4.02.5101	Indenização.	30/08/13	sim	Juntada de petição dos exequentes.	05/11/18
0001903-81.2012.4.02.5101	Repetição de indébito fiscal.	09/02/17	não	Conclusão para despacho.	08/08/18

* Movimentação cartorária e prolação de atos judiciais nos prazos dos arts. 227 e 228, da CNCR, desconsiderada a sucessiva atualização de registro no APOLO (fase 51) sem que haja ato praticado nos autos.

Na análise da amostra aleatória de feito pendentes de encerramento da fase de execução verificou-se que o processo nº 0000041-53.2014.4.02.5118 está sem movimentação desde 02/08/2018 e o 0001903-81.2012.4.02.5101 concluso para despacho desde 08/08/2018.

Sugere-se perseverar nos esforços para cumprir as metas nº 2 CNJ/2018 (Julgamento de processos antigos) e nº 3 CNJ/2018 (Conciliação), e estabelecer estratégia de gestão para elevar a quantidade de processos baixados em relação aos casos novos em execução.



6. PRODUÇÃO DE ATOS JUDICIAIS E ACERVO CONCLUSO

6.1. Produção e classificação de sentenças

A unidade correccionada produziu 690 sentenças nos 12 meses que antecederam ao mês da Correição (01/10/2017 a 30/09/2018), com média de 57,5 sentenças/mês, assim classificadas pelo Juízo:

Tipo	Descrição	Quantidade
A	Fundamentação individualizada	214
B1	Homologatória de acordo	08
B2	Repetitiva (padronizada)	212
C	Sem resolução do mérito	256
D1	Penal condenatória	-
D2	Penal absolutória	-
D3	Rejeição de queixa	-
D4	Rejeição de denúncia	-
E1	Extintiva de punibilidade	-
E2	Suspensão condicional da pena	-

Fonte: APOLO, Módulo de Consultas, Relatório de estatística de sentenças por Juiz, acesso em 16/10/2018.

Incumbe exclusivamente aos juízes federais da 2ª Região a classificação dos tipos de sentenças em conformidade com os critérios estabelecidos em norma própria dos Conselhos de Justiça (Resolução CJF 535/2006, arts. 192 a 193, da CNCR, Provimento Conjunto TRF n.º 03/2008, e Ofícios-Circulares T2-OCI-2010/00004, 2011/00013, e 2011/00099), foi feita com a seleção aleatória dos processos listados abaixo, nos quais se constatou o cumprimento da exigência:

TIPO A	TIPO B1	TIPO B2	TIPO C
0103248-85.2015.4.02.5101	0017048-22.2008.4.02.5101	0192713-37.2017.4.02.5101	0016015-94.2008.4.02.5101
0078844-67.2015.4.02.5101	0142145-17.2017.4.02.5101	0149482-28.2015.4.02.5101	0016582-91.2009.4.02.5101
0027531-67.2015.4.02.5101	0022955-02.2013.4.02.5101	0087381-18.2016.4.02.5101	0004769-14.2002.4.02.5101
0027427-75.2015.4.02.5101	0023554-58.2001.4.02.5101	0036627-38.2017.4.02.5101	0015509-84.2009.4.02.5101
0080610-58.2015.4.02.5101	0508295-04.2017.4.02.5101	0031854-47.2017.4.02.5101	0019077-45.2008.4.02.5101

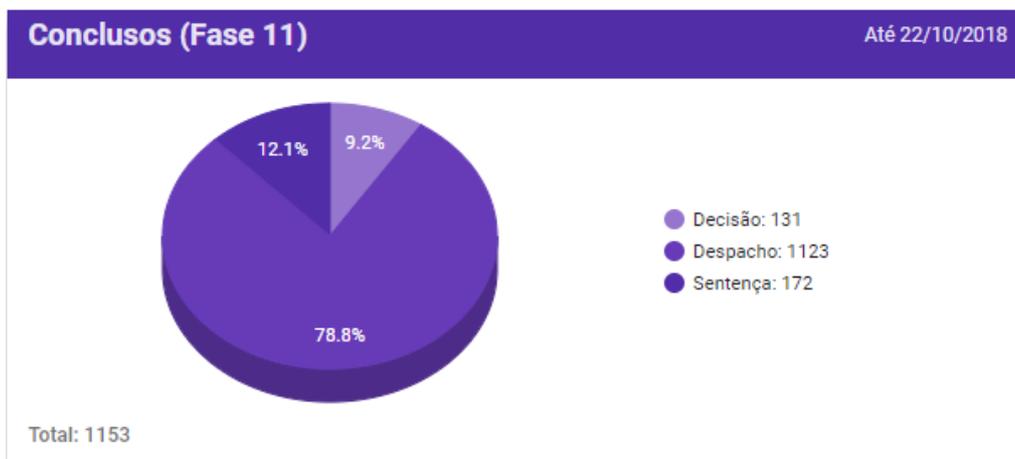
Fonte: PORTAL, acesso em 16/10/2018.

Contudo, s.m.j., no processo n.º 0017048-22.2008.4.02.5101 houve divergência entre o tipo anotado na sentença (B2) e o registrado no APOLO (B1). Nos processos n.º 0016015-94.2008.4.02.5101, 0016582-91.2009.4.02.5101, 0004769-14.2002.4.02.5101 e 0015509-84.2009.4.02.5101 também houve divergência entre o tipo anotado nas sentenças (B2) e o registrado no APOLO (C).



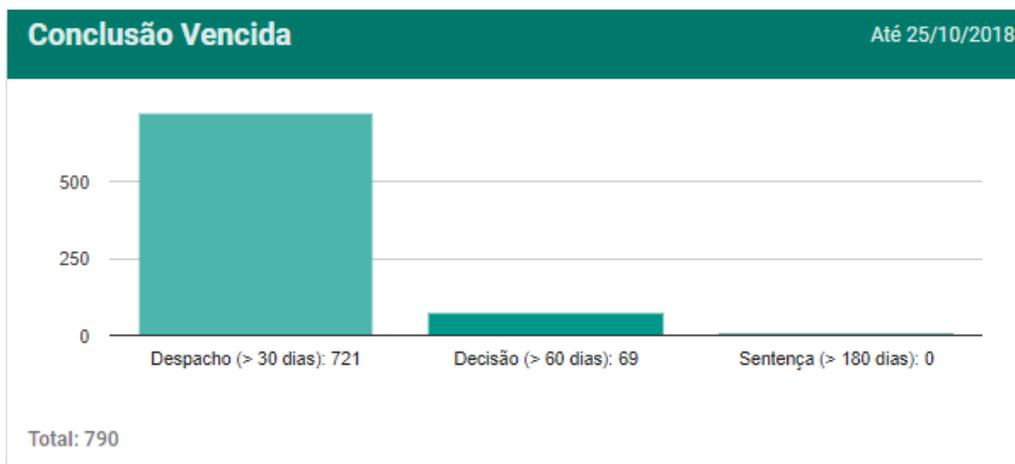
Sugere-se adotar procedimentos para evitar que nas próximas sentenças proferidas haja divergência entre o tipo anotado e o registrado no APOLO.

6.2. Acervo concluso



Fonte: PAINEL DE INDICADORES DA CORREGEDORIA, acesso em 22/10/2018.

6.3. Acervo com prazos vencidos para prolação de ato judicial (art. 57, CNCR)



Fonte: PAINEL DE INDICADORES DA CORREGEDORIA, acesso em 25/10/2018



O Painel de Indicadores da Corregedoria (acessado em 25/10/2018) indica não haver processos concluídos para sentença além do prazo do art. 227, III CNCR antiga.^{2 e 3}

TRF2
Fls 79

Inspecionados os feitos a seguir listados no Painel de Indicadores, mais tempo concluídos para despacho e decisão além dos prazos do 227, I e II CNCR antiga:

Concluídos para decisão

Processo	Classe	Objeto da ação	Nº de folhas	Data conclusão	Dias concluso
0068022-19.2015.4.02.5101	EXECUÇÃO POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Execução de título extrajudicial relativa à condenação proferida pelo TCU.	114	05/05/17	334
0098651-39.2016.4.02.5101	EXECUÇÃO DE SENTENÇA CONTRA FAZENDA PÚBLICA	Execução individual de sentença proferida em ação coletiva, GDBIGE.	549	26/06/17	299
0108575-74.2016.4.02.5101	EXECUÇÃO DE SENTENÇA CONTRA FAZENDA PÚBLICA	Execução individual de sentença proferida em ação coletiva, GDBIGE.	557	26/06/17	299
0011008-14.2014.4.02.5101	EXECUÇÃO POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Cheque Azul Empresarial - CAIXA	221	28/06/17	297
0107254-04.2016.4.02.5101	EXECUÇÃO DE SENTENÇA CONTRA FAZENDA PÚBLICA	Execução individual de sentença proferida em ação coletiva, GDBIGE.	556	07/07/17	290
0108785-28.2016.4.02.5101	EXECUÇÃO DE SENTENÇA CONTRA FAZENDA PÚBLICA	Execução individual de sentença proferida em ação coletiva, GDBIGE.	470	13/07/17	286
0096550-29.2016.4.02.5101	EXECUÇÃO DE SENTENÇA CONTRA FAZENDA PÚBLICA	Execução individual de sentença proferida em ação coletiva, GDBIGE.	628	14/07/17	285
0098572-60.2016.4.02.5101	EXECUÇÃO DE SENTENÇA CONTRA FAZENDA PÚBLICA	Execução individual de sentença proferida em ação coletiva, GDBIGE.	519	14/07/17	285

Concluídos para despacho

Processo	Classe	Objeto da ação	Nº de folhas	Data conclusão	Dias concluso
0156355-44.2015.4.02.5101	EXECUÇÃO POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Anuidade OAB.	42	10/04/17	348

² Art. 333. Até a migração para o sistema e-Proc, aos processos em tramitação pelo sistema processual eletrônico Apolo aplicar-se-ão as disposições da Consolidação de Normas anterior (Provimento 11, de 4 de abril de 2011).

³ Os demais processos indicados estão dentro do prazo, visto ser a contagem do Painel em dias corridos.



0032585-82.2013.4.02.5101	EXECUÇÃO POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Cédula de Crédito Bancário Caixa - PJ	84	17/04/17	346
0038905-80.2015.4.02.5101	EXECUÇÃO POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Contrato de Empréstimo Imobiliário - CCCPM	80	17/04/17	346
0001408-66.2014.4.02.5101	AÇÃO MONITÓRIA	Contrato de Crédito Consignado CAIXA	76	27/04/17	339
0120733-98.2015.4.02.5101	EXECUÇÃO POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Contrato de Empréstimo Imobiliário - CCCPM	55	10/05/17	331
0004653-56.2012.4.02.5101	EXECUÇÃO POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Execução de título extrajudicial relativa à condeação proferida pelo TCU.	145	15/05/17	328
0012740-45.2005.4.02.5101	ORDINÁRIA/ OUTRAS	Responsabilidade civil.	438	16/05/17	327
0060414-33.2016.4.02.5101	EXECUÇÃO POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL	Execução de contrato – ECT	251	16/05/17	327

Os processos nº 0032585-82.2013.4.02.5101, 0038905-80.2015.4.02.5101, 0001408-66.2014.4.02.5101, 0120733-98.2015.4.02.5101, 0004653-56.2012.4.02.5101 possuem despachos registrados no APOLO, em agosto/2018.

Sugere-se priorizar decisão e despacho nos processos concluídos além dos prazos previstos no art. 227, I e II, CNCR antiga.

O E-PROC indica não haver processos concluídos para sentença, despacho e decisão por período acima dos previstos no art. 57, CNCR.

eproc - **Relatório Geral de Processos**

Crítérios de pesquisa utilizados:

- Situação: MOVIMENTO-AGUARDA SENTENÇA
- Processos sem movimentação há 180 dias

Nenhum registro encontrado.



eproc -

Relatório Geral de Processos

TRF2
Fls 81

Critérios de pesquisa utilizados:

- Situação: MOVIMENTO-AGUARDA DESPACHO
- Processos sem movimentação há 60 dias

Nenhum registro encontrado.



7. EVOLUÇÃO DO ACERVO

7.1. Acervo da unidade

Evolução do acervo no sistema APOLO

Mês : Outubro					
		Processos			
Vara	Ano	Trâmite	Suspense	Recurso TRF-2	Total
15ª Vara Federal do Rio de Janeiro	2014	2214	1181	1122	4517
	2015	2278	1250	966	4494
	2016	2349	1217	1087	4653
	2017	2112	1167	1052	4331
	2018	2522	970	948	4440
Total		11475	5785	5175	22435

Evolução do acervo no sistema EPROC

Vara : 15ª Vara Federal do Rio de Janeiro								
		Fato Acervo						
		2018						
		Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Total
Situação Processo	Trâmite	9	69	152	212	274	285	1001
	Total	9	69	152	212	274	285	1001

	Correição Jun/2014	Correição Jul/2016	Correição Out/2018
Total	4.476	4.631	274 (eproc) + 4440 (apolo) = 4.714
Suspensos	1.158	1.209	0 (eproc) +

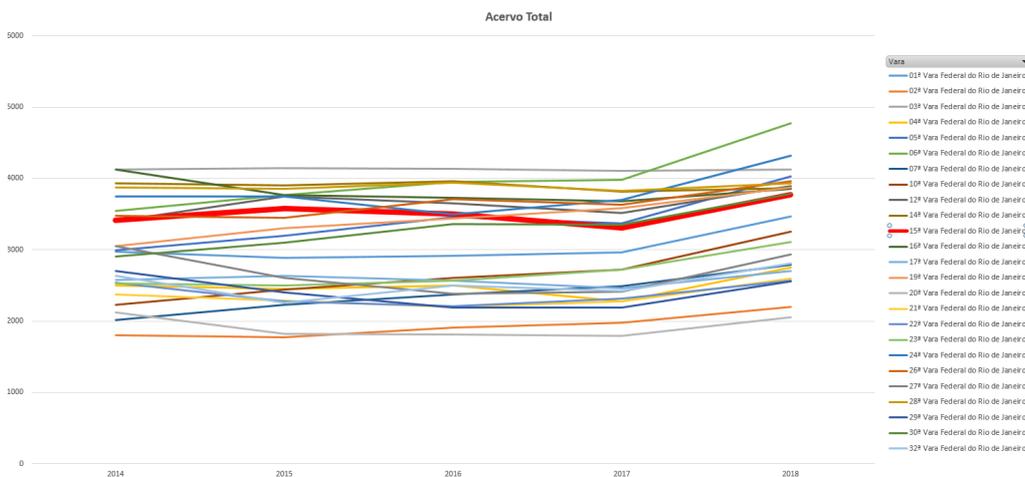


			970 (apolo) = 970
Remetidos para julgar recurso	1.181	1.037	948
Tramitação ajustada	2.137	2.385	274 (eproc) + 2522 (apolo) = 2.796

TRF2
Fls 83

7.2. Gráficos comparativos da evolução do acervo entre Varas e/ou Juizados Especiais Federais mesma competência

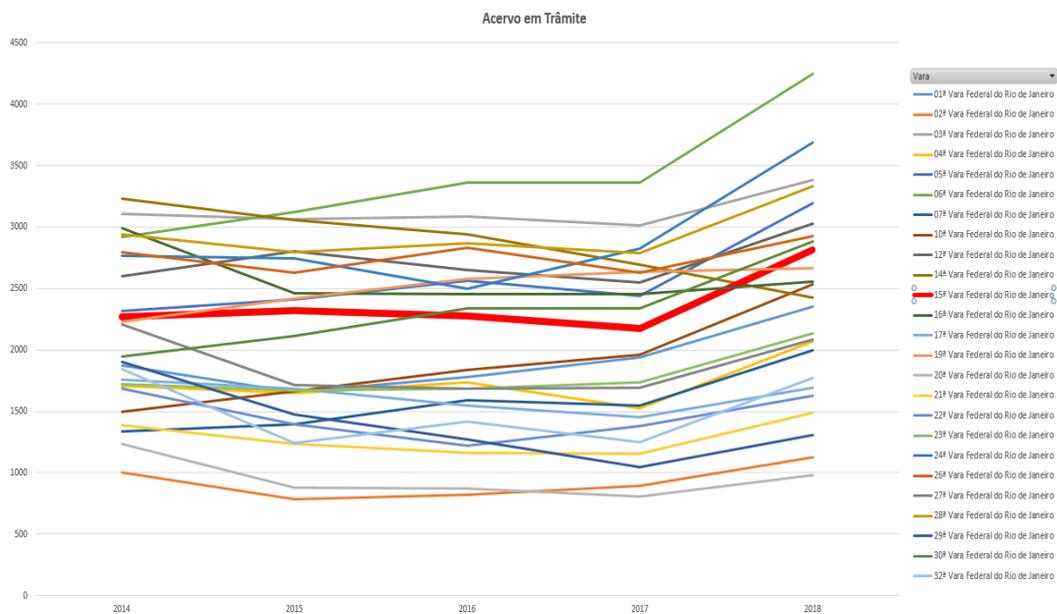
7.2.1. Acervo total



Fonte: APOLO, em 06/11/2018

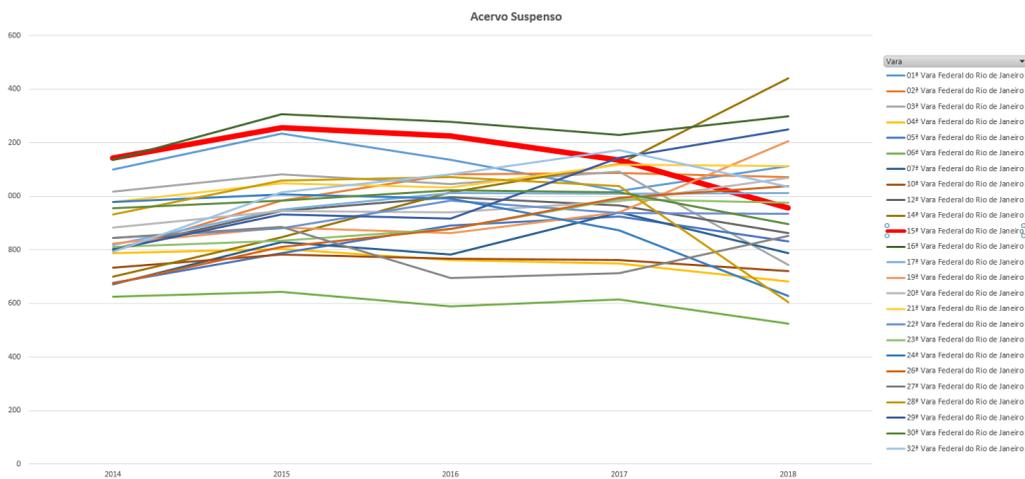


7.2.2. Acervo ativo



Fonte: APOLO, em 06/11/2018

7.2.3. Acervo suspenso



Fonte: APOLO, em 06/11/2018



8. DESCRIÇÃO DO FLUXO DO PROCESSAMENTO

8.1. Critérios de seleção e identificação eletrônica dos feitos prioritários

Os feitos prioritários são os previstos em lei, os processos das metas do CNJ, mandado de segurança e os relativos à saúde. Quando há pedido liminar, há uma mesa virtual de urgentes e, em regra, é analisada no mesmo dia. Os identificadores usados são do *APOLO*.

8.2. Trânsito de feitos entre a Secretaria e o gabinete de apoio à Magistrada

Os servidores da Secretaria que minutam despachos e decisões analisam se os processos estão aptos a serem sentenciados e abrem conclusão. As minutas de sentenças de extinção dos feitos sem resolução do mérito são feitas na Secretaria. Há pouca conversão em diligência.

8.3. Fluxo dos processos após a sentença

Há uma servidora responsável por controlar os prazos da unidade, inclusive os dos recursos, sendo os processos remetidos ao TRF – 2ª Região durante o respectivo mês. A certificação do trânsito em julgado ocorre uns 5 dias depois do término do prazo. Se há algo a executar, é cadastrado no *APOLO* a fase 18 e abre-se vistas às partes.



9. ANÁLISE DO PROCESSAMENTO

9.1. Balcão de entrada

No dia 25/10/2018, às 16:40 horas, existiam 6 processos e 20 petições aguardando movimentação cartorária, todos com entrada no mesmo dia.

9.2. Processos em segredo de justiça

Posição em	16/10/2018
Tipo de Segredo	Processos
Absoluto	1
Sistema	6
Documento	6
Total Geral	13

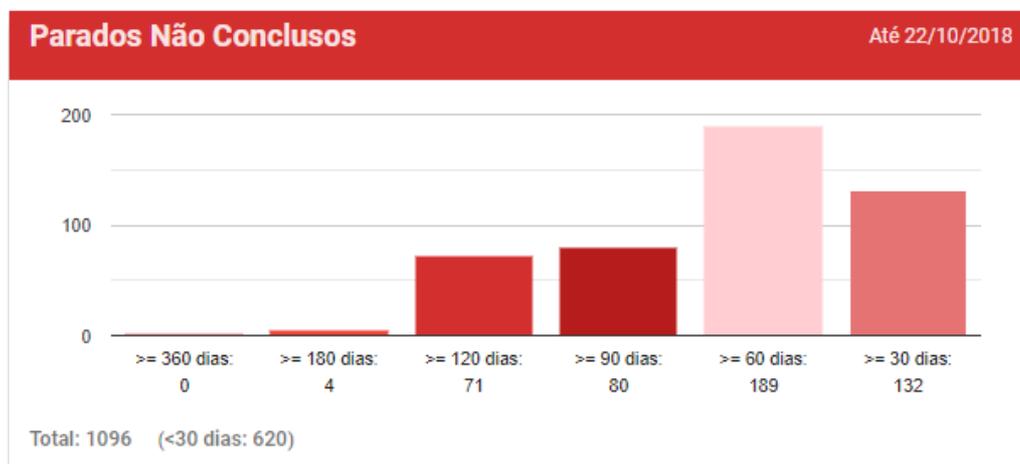
Fonte: PORTAL, acesso em 16/10/2018



Número	Classe	Tipo de sigredo	Fls. da decisão de sigredo	Observação
0022839-16.2001.4.02.5101	EMB. À AÇÃO MONITÓRIA	Peças	-	S.m.j., não há despacho/decisão determinando o sigilo de peças.
0028510-73.2008.4.02.5101	EXEC. TIT. EXTRAJUD.	Peças	-	S.m.j., não há despacho/decisão determinando o sigilo de peças.
0022100-23.2013.4.02.5101	ORDINÁRIA/TRIB.	Peças	73	Regular
0014590-80.2018.4.02.5101	ORDINÁRIA/SERVIDOR PUB.	Sistema	108	Regular
0070972-93.2018.4.02.5101	MS Individual	Peças	31	Regular

Sugere-se adotar procedimentos para assegurar a feitura de registro de sigilo de peças somente quando houver determinação específica nos autos.

9.3. Cumprimento dos prazos de controle e aferição do acervo (art. 57, CNCR)



Fonte: PAINEL, acesso em 22/10/2018

Processos inspecionados

Processo	Classe	Mov. regular em 12 meses? *	Último Movim.	Dias sem mov.	Data último Movim.
0228303-75.2017.4.02.5101	Exec. Por Título Extrajud.	não	Ag. Cadastramento de BACENJUD	118	02/05/18
0018022-54.2011.4.02.5101	Ordinária/Trib.	não	Ag. Expedir Precatório/RPV	118	02/05/18



0061013-98.2018.4.02.5101	Ação Monitória	não	Ag. Expedir mandado	118	02/05/18
0200189-29.2017.4.02.5101	Exec. Por Título Extrajud.	não	Ag. Expedir mandado	117	03/05/18
0142416-56.2013.4.02.5104	Ordinária Outras	não	Juntada	117	03/05/18
0008130-87.2012.4.02.5101	Embargos à execução	não	Ag. Expedir mandado	116	04/05/18
0057131-31.2018.4.02.5101	Exec. Por Título Extrajud.	não	Ag. Expedir mandado	115	07/05/18
0056801-34.2018.4.02.5101	Exec. Por Título Extrajud.	não	Ag. Expedir mandado	115	07/05/18
0056333-70.2018.4.02.5101	Exec. Por Título Extrajud.	não	Ag. Expedir mandado	115	07/05/18
0060521-09.2018.4.02.5101	Exec. Por Título Extrajud.	não	Ag. Expedir mandado	115	07/05/18

TRF2
Fls 88

Cumprе ressaltar que, tocante aos processos registrados no Sistema E-proc, o Relatório de processos parados há mais de 30 dias úteis, aponta 52 processos:

Preferências

Preferência: [Listar Todos](#) [Salvar Nova Preferência](#)

Selecione os critérios de busca desejados

Processos sem movimentação nos últimos: dias Considerar apenas processos em tramitação
 NÃO considerar processos aguardando digitação
 Não exibir processos com prazo em aberto

Localizador: Juízo:

Competência: Período atuação (data inicial a final): a

Classe da ação: [Listar Todos](#)

Abra os processos selecionados em abas/janelas

Lista de Processos (52 registros)

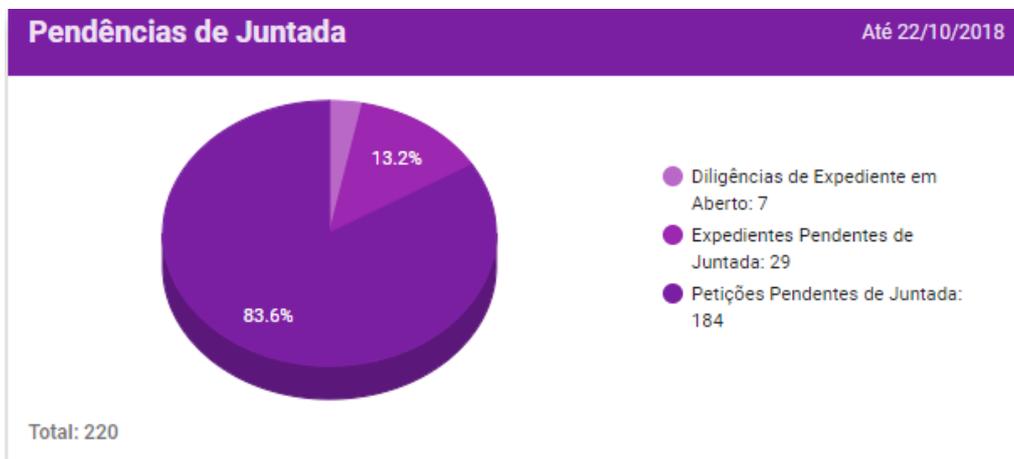
<input checked="" type="checkbox"/>	Número processo	Juízo	Sigilo	Classe	Localizador	Situação do processo	Último evento	Data/Hora evento
<input checked="" type="checkbox"/>	5011245-21.2018.4.02.5101	RJRIO15S	Sem Sigilo (Nível 0)	MONITÓRIA	EXP MAND / OFI	MOVIMENTO	Despacho/Decisão - Determina Intimação -	13/07/2018 11:30:37
<input checked="" type="checkbox"/>	5011441-89.2018.4.02.5101	RJRIO15S	Sem Sigilo (Nível 0)	EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL	EXP MAND / OFI	MOVIMENTO	Despacho/Decisão - Determina Citação -	17/07/2018 17:51:13
<input checked="" type="checkbox"/>	5011372-78.2018.4.02.5101	RJRIO15F	Sem Sigilo (Nível 0)	PROTESTO	EXP MAND / OFI	MOVIMENTO	Decurso de Prazo -	27/07/2018 01:02:27
<input checked="" type="checkbox"/>	5011376-93.2018.4.02.5101	RJRIO15S	Sem Sigilo (Nível 0)	PROTESTO	EXP MAND / OFI	MOVIMENTO	Decurso de Prazo -	27/07/2018 01:02:28
<input checked="" type="checkbox"/>	5013211-19.2018.4.02.5101	RJRIO15S	Sem Sigilo (Nível 0)	MANDADO DE SEGURANÇA	GAB MS MAND SEG	MOVIMENTO-AGUARDA SENTENÇA	Autos com Juz para Sentença -	22/08/2018 11:35:28
<input checked="" type="checkbox"/>	5011869-70.2018.4.02.5101	RJRIO15S	Sem Sigilo (Nível 0)	MANDADO DE SEGURANÇA	GAB MS MAND SEG	MOVIMENTO-AGUARDA SENTENÇA	Autos com Juz para Sentença -	22/08/2018 11:36:42
<input checked="" type="checkbox"/>	5010893-63.2018.4.02.5101	RJRIO15S	Sem Sigilo (Nível 0)	MONITÓRIA	EXP MAND / OFI	MOVIMENTO	Cancelamento de Movimentação Processual -	28/08/2018 14:14:58
<input checked="" type="checkbox"/>	5013506-71.2018.4.02.5101	RJRIO15F	Sem Sigilo (Nível 0)	MONITÓRIA	EXP MAND / OFI	MOVIMENTO	Decurso de Prazo -	04/09/2018 01:02:10
<input checked="" type="checkbox"/>	5016310-94.2018.4.02.5101	RJRIO15S	Sem Sigilo (Nível 0)	MANDADO DE SEGURANÇA	GAB MS MAND SEG	MOVIMENTO-AGUARDA SENTENÇA	Autos com Juz para Sentença -	04/09/2018 18:25:02
<input checked="" type="checkbox"/>	5008714-58.2018.4.02.5101	RJRIO15F	Sem Sigilo (Nível 0)	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	CLS DECISÃO	MOVIMENTO-AGUARDA DESPACHO	Decurso de Prazo -	05/09/2018 01:03:16

Sugere-se identificar e movimentar os processos não conclusos que aguardam movimentação pela Secretaria do Juízo além dos prazos estabelecidos na CNCR (art. 57, atual e art. 228, antiga).



9.4. Documentos pendentes de juntada

TRF2
Fls 89



Fonte: PAINEL, acesso em 22/10/2018

Inspecionadas as petições que aguardam juntada há mais tempo:

Data de entrada	Número da petição	Processo	Síntese do pedido	Dias que aguarda juntar	Local do processo
07/01/14	2014.7152.001285-0	0002866-60.2010.4.02.5101	-	1757	15ªVF-RJ
25/07/14	2014.7152.082606-8	0010857-24.2009.4.02.5101	-	1558	15ªVF-RJ
13/08/14	2014.7152.090005-5	0020040-58.2005.4.02.5101	-	1539	15ªVF-RJ
14/08/15	2015.7152.041717-5	0016993-76.2005.4.02.5101	-	1173	15ªVF-RJ
14/09/15	2015.7152.046903-5	0075996-74.1996.4.02.5101	-	1142	15ªVF-RJ

9.5. Remessa externa

Não constam processos físicos com prazos de remessa externa vencidos:



Dados referentes ao dia: 29/10/2018

Relatório atual     

Ano : 2018 ▼ Mês : setembro ▼ Vara : 15ª Vara Federal do Rio de Janeiro ▼ Localização Atual : Externo ▼

Measures ▼ Data Último Movimento ▼

Tipo de Processo ▼	<Drop columns here>
Situacao Processo ▼	<Drop rows here>
Último Movimento ▼	
Complemento Fase ▼	



10. AÇÕES E SITUAÇÕES SUJEITAS À VERIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA

A Resolução CJF 496/2006 estabelece que “o exame dos processos pode ser feito por amostragem e tanto quanto possível, serão vistas as **ações civis públicas, ações populares, mandados de segurança coletivos, ações de improbidade administrativa, ações relacionadas a interesses metaindividuais e processos criminais com réus presos**, que tramitam na unidade, tendo em vista sua especial relevância para a atividade jurisdicional e o possível efeito “erga omnes” das decisões.

A 15ª Vara Federal do Rio de Janeiro possui no acervo:

Classe	Em trâmite	Suspensos	Total
Ação Civil Pública	24	8	24
Ação Civil Pública / Improbidade Administrativa	1	0	1
Outras ações / Improbidade Administrativa	0	0	0
Ações Populares	5	0	5
Mandados de Segurança Coletivas	1	4	5
Habeas Corpus	0	0	0
Processos criminais com réus presos	0	0	0

Processo	Classe	Objeto da ação	Data do último movimento	Último movimento	Mov. Regular em 12 meses
0776773-81.1900.4.02.5101	Ação Civil Pública	Dano ambiental. Recuperação de área degradada.	10/10/2018	Remessa, carga para o MPF	Sim
0025443-76.2003.4.02.5101	Ação Civil Pública	Indenização por danos causados ao meio ambiente.	10/10/2018	Conclusão para despacho	Não
0018873-35.2007.4.02.5101	Ação Civil Pública	Ressarcimento ao erário. Recebimento indevido de pensão estatutária.	24/09/2018	Movimentação cartorária tipo expedir mandado de penhora	Não
0028367-50.2009.4.02.5101	Ação Civil Pública	Nulidade do levantamento da Linha do Preamar Médio para fins de fixação dos terrenos de Marinha da península da Barra da Tijuca.	23/07/2018	Conclusão para despacho	Não



0002545-88.2011.4.02.5101	Ação Civil Pública	Anulação da Portaria que fixou os preços de Praticagens no Rio de Janeiro.	24/08/2018	Certidão	Não
0014771-28.2011.4.02.5101	Ação Civil Pública	Restituição de valores descontados indevidamente dos beneficiários do Programa Social Bolsa Família	29/06/2018	Devolução de remessa do TRF	Não
0044020-87.2012.4.02.5101	Ação Civil Pública de Improbidade Administrativa	Ressarcimento ao erário. Venda de pareceres favoráveis a concessão de licenciamento ambiental a empresas potencialmente poluidoras e empreendimentos imobiliários.	18/10/2018	Redistribuição	Não*
0129693-43.2015.4.02.5101	Ação Popular	Cancelamento de CNPJ. Proibição de contratar, firmar convênios ou receber recursos da União. Instauração de processo administrativo de cobrança.	14/09/2018	Movimentação cartorária tipo expedir mandado	Não
0201214-77.2017.4.02.5101	Ação Popular	Impedir a posse do Conselho de Administração da NUCLEP. Declarar a nulidade dos atos administrativos praticados na 105ª reunião do conselho de administração da NUCLEP.	10/08/2018	Juntada	Sim
0170484-20.2016.4.02.5101	Mandado de Segurança Coletivo	Suspender a transferência de todos bens da Petrobrás que tenham sido vendidos sem licitação. Suspender todas as negociações em curso que visam a venda futura de bens, quando não decorrente de regular processo licitatório.	30/08/2018	Conclusão para sentença	Não

* Movimentação cartorária e prolação de atos judiciais nos prazos dos arts. 227 e 228, da CNCR, desconsiderado sucessiva atualização de registro no APOLO (fase 51) sem que haja ato praticado nos autos.

* O processo nº 0044020-87.2012.4.02.5101 foi redistribuído à 18 Vara Federal em 18/10/2018, entretanto, nos 12 meses que antecederam a correição, a 15ª Vara Federal não atendeu aos prazos da CNCR.

Sugere-se que sejam criadas rotinas de trabalho que atendam os prazos estabelecidos no art. 227 e 228 da CNCR/2011, força do art. 333 da CNCR/2018, especialmente nas ações e situações sujeitas à verificação obrigatória.



11. PROCESSOS SUSPENSOS

A Secretaria controla os prazos de suspensão dos processos eletrônicos com sua inserção em local virtual específico. Os locais virtuais foram inspecionados em 24/10/2018 às 18h13min e estão indicados no quadro a seguir:

Local Virtual	Nº de Processos
PROCESSOS SUSPENSOS	319

Controle dos prazos de suspensão nos processos físicos e eletrônicos:

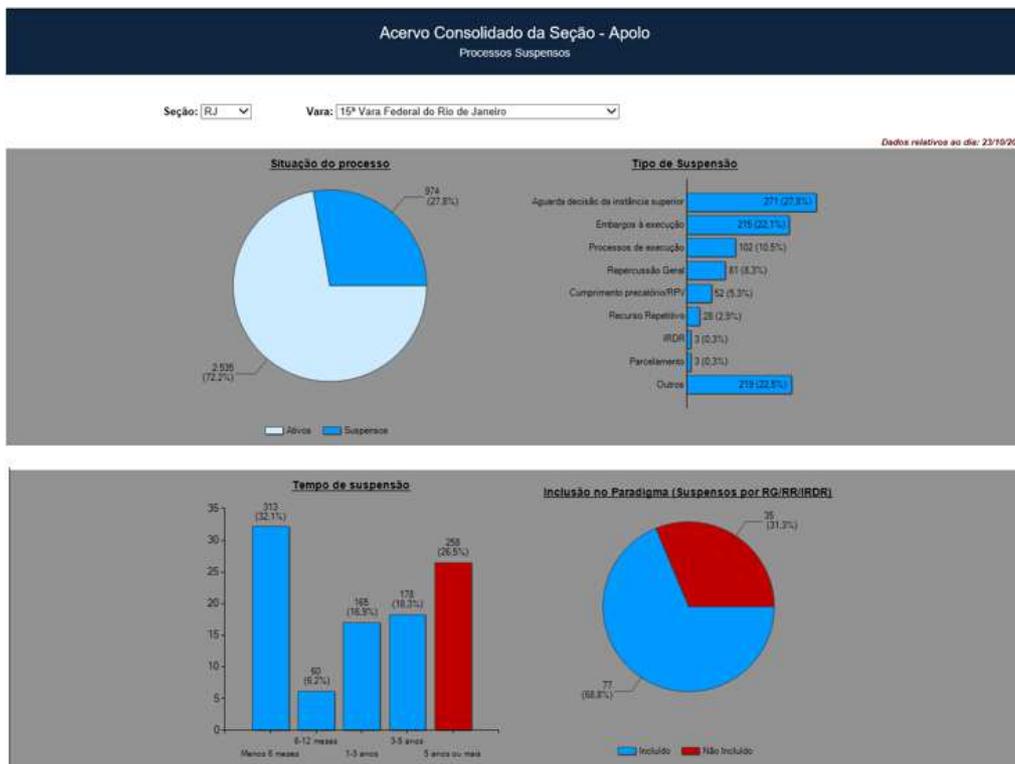
Processos físicos: A Diretora de Secretaria extrai listagem no portal de estatística referente aos processos parados e acompanha (trimestralmente).

Processos Eletrônicos: vai para o balcão de entrada automaticamente quando termina o prazo.

Existe mesa virtual SUSPENSOS com a diferenciação do motivo de suspensão cadastrado no sistema APOLO.

Gráficos do acervo de processos suspensos da 15ª Vara Federal

Apolo:



Eproc:

Dados referentes ao dia: 13/11/2018

Current report

Ano : 2018 Mês : novembro Magistrado : All

Situação Processo

Measures	Vara	Suspensão	Total
	15ª Vara Federal do Rio de Janeiro	1	1
Fato Acervo	Total	1	1

Processo	Classe	Assunto
50247083020184025101	PROCEDIMENTO COMUM	02.20.03 - Indenização por dano moral - Responsabilidade civil - DIREITO CIVIL

Mostrando de 1 a 1 (de 1 Registros)

Anterior 1 Próximo

Por amostragem, foram analisados os processos listados conforme os motivos da suspensão:

Repercussão geral/Recursos repetitivos	Paradigma	Situação
0003416-31.2005.4.02.5101	Não indicado	Processo suspenso desde 16/05/2017 por



		motivo de repercussão geral.
0000068-63.2009.4.02.5101	RE 591.797 e RE 626.307	Suspensão em decorrência dos paradigmas (RE 591.797 - Diferenças de correção monetária de depósitos em caderneta de poupança, não bloqueados pelo BACEN, por alegados expurgos inflacionários decorrentes do plano Collor I. RE 626.307 - Diferenças de correção monetária de depósitos em caderneta de poupança por alegados expurgos inflacionários decorrentes dos planos Bresser e Verão). Processo suspenso desde 18/06/2018.
0006867-25.2009.4.02.5101	RE 591.797 e RE 626.307	Esse processo encontra-se suspenso, salvo melhor juízo, por motivo de repercussão geral, com fulcro nos paradigmas RE 591.797 e RE 626.307. no sistema Apolo está suspenso por motivo de recurso repetitivo. Feito suspenso desde 30/11/2010.
0001198-54.2010.4.02.5101	RE 591.797 e RE 626.307	Suspensão em decorrência dos paradigmas (RE 591.797 - Diferenças de correção monetária de depósitos em caderneta de poupança, não bloqueados pelo BACEN, por alegados expurgos inflacionários decorrentes do plano Collor I. RE 626.307 - Diferenças de correção monetária de depósitos em caderneta de poupança por alegados expurgos inflacionários decorrentes dos planos Bresser e Verão). Feito suspenso desde 17/11/2010.
0005580-95.2007.4.02.5101	Não indicado	Processo suspenso de 27/10/2011 a 13/11/2018 por motivo de recurso repetitivo com base no art. 1.037, II do CPC. Processo reativado e remetido para o TRF2 em 13/11/2018.
0008666-50.2002.4.02.5101	Não indicado	Processo suspenso de 27/10/2011 a 13/11/2018 por motivo de recurso repetitivo com base no art. 1.037, II do CPC. Processo reativado e remetido para o TRF2 em 13/11/2018.

Processo	Motivo da suspensão	Data da suspensão	Situação
0018795-85.2000.4.02.5101	Aguardando o decisão de instância superior	18/04/07	Aguardando decisão final no agravo de instrumento contra decisão, proferida na Exceção de Incompetência apensada a esse processo. Processo desde 18/04/2007.
0011383-30.2005.4.02.5101	Embargos à execução	20/03/09	Processo suspenso por motivo de interposição de embargos à execução. Curso do processo suspenso desde 20/03/2009.
0026344-30.1992.4.02.5101	Outras suspensões - processo de	21/11/00	Suspensa a execução ante manifestação da parte exequente, arquivado sem baixa . feito suspenso



	conhecimen to		desde 21/11/2000.
5024708-30.2018.4.02.5101	paradigma	09/11/18	Processo do sistema EPROC. Curso do feito suspenso aguardando julgamento de agravo de instrumento interposto no TRF2.
0521218-77.2008.4.02.5101	parcelamen to	08/11/16	Processo suspenso pelo prazo de 36 meses, na forma do art. 922 do CPC, por motivo de parcelamento do débito. Feito suspenso a partir de 08/11/2016 até 21/01/2020.
0022781-86.1996.4.02.5101	Outras suspensões – processo de execução	08/04/08	O TRF2 confirmou a sentença proferida nos embargos à execução. Embargos à execução apensados ao processo principal (Execução por Título Extrajudicial n° 0014283-35.1995.4.02.5101) em 08/04/2008. Processo principal tramitando normalmente, nenhuma irregularidade observada.

O registro da suspensão no APOLO, com anotação precisa do motivo e a descrição do termo inicial e final auxilia a verificação dos prazos, prevenindo a paralisação de autos por tempo indefinido.

**12. RPVs E PRECATÓRIOS**

A unidade correccionada enviou 122 precatórios e 269 requisitórios de pequeno valor (RPVs) nos 12 meses que antecederam ao mês da Correição (01/10/2017 a 30/09/2018). Constam cadastrados, pendentes de envio ao TRF 0 precatórios e 47 RPVs, analisados os feitos a seguir.

Processo	Precatório ou RPV	Data do cadastro	Data do envio	Observação, pendência ou paralisação além do prazo art. 228, CNCR
0022833-96.2007.4.02.5101	Precatório	30/05/14	-	O processo está suspenso, desde 24/07/14, aguardando julgamento de agravo de instrumento.
0024861-52.1998.4.02.5101	Precatório	09/09/14	-	O processo está suspenso, desde 29/10/14, aguardando decisão de instância superior.
0132291-04.2014.4.02.5101	RPV	08/05/18	-	Houve a devolução da remessa do processo em 03/10/2018.
0190178-38.2017.4.02.5101	RPV	10/09/18	-	Houve a devolução da remessa do processo em 01/10/2018.
0193338-71.2017.4.02.5101	RPV	07/05/18	-	No despacho de 24/07/2018, determinou-se a retificação dos valores previstos no RPV, em razão do destaque dos honorários advocatícios atuais. O processo ficou sem movimentação de 24/07/2018 até a juntada de petição da exequente em 29/10/2018.

Na amostra inspecionada, não foi verificada injustificada demora entre o cadastro e o envio do Precatório/RPV.



13. BENS ACAUTELADOS/APREENDIDOS

O registro, guarda e destinação de bens apreendidos e/ou acautelados tem extenso regramento normativo, podendo ser destacados as Resoluções CNJ n.º 63, de 16/12/2008, n.º 30, de 10/02/2010, e n.º 134, de 21/06/2011, Recomendação CNJ n.º 30, de 10/02/2010; o Manual de Bens Apreendidos do CNJ, de 2011; a Resolução CJF n.º 428, de 07/04/2005; e arts. 180 e 181 da CNCR. Não foram detectadas irregularidades quanto ao registro de bens apreendidos.

Não há cofre na 15ª Vara Federal do Rio de Janeiro.

Os documentos e bens acautelados ficam guardados em um armário, fechado à chave, localizado na Secretaria. O material fica guardado em envelopes com o termo de acautelamento ou certidão, sendo que em alguns casos a impressão da movimentação processual também é anexada.



Constatou-se que não há valores em espécie, jóias, pedras e metais preciosos, armamentos, munições e outros apetrechos bélicos sob a guarda da unidade judiciária.

Processos com documentos ou bens autelados analisados por amostragem

Processo	Localização	Observações
0013907-19.2013.4.02.5101	Armário	Regular
5026550-45.2018.4.02.5101	Armário	Regular
0081913-73.2016.4.02.5101	Armário	A mídia acautelada não foi cadastrada no Sistema Apolo, e nem está acompanhada do termo de acautelamento.
0078900-66.2016.4.02.5101	Armário	Não foi elaborado o termo de acautelamento, e a localização do bem está desatualizada, pois consta no sistema Apolo que o <i>pen drive</i> está guardado no cofre da 8ª Vara Federal.
0500269-17.2017.4.02.5101	Armário	A mídia acautelada não foi cadastrada no Sistema Apolo, e nem está acompanhada do termo de acautelamento.

A equipe de correição sugere:

- i. cadastrar no Sistema Apolo as mídias acauteladas nos processos n.ºs 0081913-73.2016.4.02.5101 e 0500269-17.2017.4.02.5101, bem como elaborado o respectivo termo de acautelamento;



- ii. atualizar no Sistema Apolo a localização do *pen drive* acautelado no processo nº 0078900-66.2016.4.02.5101;
- iii. adotar de rotinas de trabalho em que a Secretaria confeccione o termo de acautelamento, indicando o local de custódia, com anotação no sistema eletrônico de acompanhamento processual e aviso nos autos, cf. art. 181 da CNCR.



14. LIVROS E PASTAS

O órgão correccionado dispõe dos seguintes livros e pastas obrigatórios (art. 128, CNCR), a saber:

I – Todas as Varas e Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais:

(X) livro de ponto dos servidores;

(X) livro de reclamações, sugestões e elogios;

(X) pasta de controle de frequência dos estagiários;

(X) pasta de atas e termos de audiências digitalizados inseridos no sistema de acompanhamento processual;

(X) pasta de registro de impedimentos, suspeições, afastamentos de magistrados atuantes no Juízo e cópia de certidões de remessa de autos ao juízo tabelar;

(X) pasta de registro de remessas de autos e documentos pelos Correios;

(X) pasta de preservação da Memória Institucional (art. 33, Resolução CJF 318/2014);

(X) pasta de registro de documentos, bens e materiais acautelados no juízo ou em local por ele designado;

II - Varas e Juizados Federais com competência criminal:

() pasta de controle de comparecimento periódico em juízo em razão de medida cautelar (art. 319, CPP) ou suspensão condicional do processo ou da pena;

() pasta de remessa de autos à Câmara de Coordenação e Revisão Criminal;

III - nos juízos em que haja processos, apensos ou anexos físicos ativos, suspensos ou aguardando retorno das instâncias superiores, exclusivamente para registros relativos a esses autos:

(X) livro de carga de autos a advogados, partes e auxiliares do Juízo;

(X) livro de carga ao Ministério Público;

(X) livro de entrega de autos às partes sem traslado

Todos os livros estão regulares, presentes: (i) termos de abertura e encerramento, o último lavrado, datado e subscrito ao término da utilização do livro ou pasta; (ii) indicação resumida de sua finalidade, preferencialmente na lombada; e (iii) folhas numeradas e rubricadas, dispensada a numeração e rubrica das folhas que compõem as pastas obrigatórias, desde que contenham



JUSTIÇA
FEDERAL **TRF2**

Corregedoria-Regional da Justiça Federal da 2ª Região

Correição Ordinária na **15VF-RJ – 22 a 26/10/2018**

em seu corpo a data de sua produção e assinatura ou rubrica de magistrado ou servidor.

TRF2
Fls 101



15. INFRAESTRUTURA FÍSICA E LÓGICA

A 15ª Vara Federal do Rio de Janeiro está localizada na Avenida Rio Branco, 243, prédio anexo II, 9º andar, Centro – CEP: 20040-009, com boas instalações físicas, bem conservadas e limpas.

Na entrada do prédio, há um balcão para os agentes de segurança da Justiça Federal e da equipe de segurança da empresa terceirizada, detectores de metais e controle de acesso dos funcionários e jurisdicionados.



O balcão de atendimento ao público externo é bem acessível. O corredor do andar onde está localizada a 15ª VF é amplo com cadeiras para o público externo.

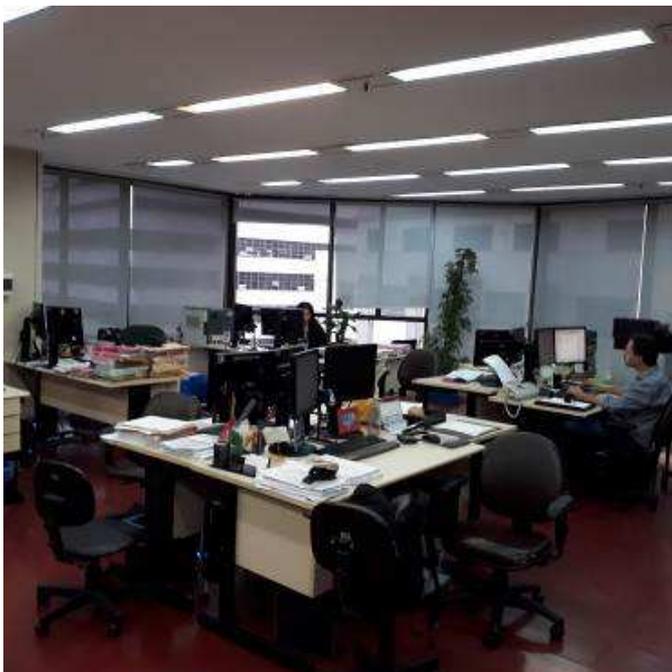


A sala da Secretaria da Vara e o espaço destinado ao Setor de Apoio ao Gabinete são amplos e o *lay-out* funcional, com mobiliário bem dividido, sem divisórias. Não foi constatado mofo no ambiente. Mesas e cadeiras, embora não sejam todas novas, são adequadas, segundo os padrões da Justiça Federal.



A sala da Secretaria da Vara e o espaço destinado ao Setor de Apoio ao Gabinete são amplos e o *lay-out* funcional, com mobiliário bem dividido, sem divisórias. Não foi constatado mofo no ambiente. Mesas e cadeiras, embora não sejam todas novas, são adequadas, segundo os padrões da Justiça Federal.

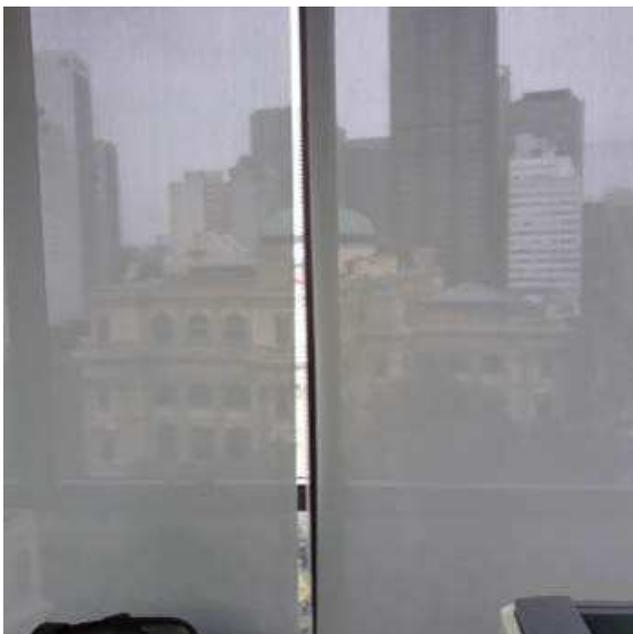
TRF2
Fls 103





Há algumas reclamações dos servidores quanto ao espaço físico destinado à Secretaria e ao Setor de Apoio aos Gabinetes: 1- ar condicionado barulhento atrapalhando a comunicação entre os servidores; 2- os painéis das janelas estão mal instalados, deixam o sol passar entre as frestas; 3- o carpete acumula poeira e causa alergia em alguns servidores, porém não foram apresentados registros de solicitação de reparos específicos à DIRFO.

TRF2
Fls 104



Banheiros limpos e organizados. Existe uma pequena copa para refeições.

O gabinete do Juiz Federal Titular é amplo, com mesa, poltrona, estante, frigobar e banheiro privativo.

A refrigeração em todo prédio é feita através de sistema de ar condicionado central, o que torna a temperatura de todos os ambientes bem agradável. A iluminação ainda não é de LED.

A sala de audiências é funcional e adequada aos padrões da Justiça Federal.



Na infraestrutura lógica da secretaria e do setor de apoio existem 17 computadores e 34 monitores, cada servidor e estagiário dispõe de dois monitores para facilitar o desempenho de suas funções. Há quatro impressoras multifuncionais laser à disposição, três marca Lexmark e uma Samsung (arrendada). Na secretaria há um scanner marca Fujitsu.

Na sala de audiências há um computador, três monitores. Não há equipamentos para videoconferência.

Nos gabinetes do Juiz Titular e do Juiz Substituto, cada magistrado tem a sua disposição um computador e dois monitores para o desempenho de suas atividades.

A rede que alimenta os computadores é estabilizada e a velocidade de conexão de dados, verificada em um dos computadores da secretaria apresentou o seguinte resultado: velocidade de *download* igual a 727.00 Mbps e de *upload* igual a 86.60 Mbps.

Há equipamentos de proteção às doenças ocupacionais (apoio para mãos e pés) à disposição dos magistrados e servidores.

**16. TÓPICOS ESPECÍFICOS POR MATÉRIA****16.1. CÍVEL E PREVIDENCIÁRIA****16.1.1. Regularidade das ações que versam sobre sequestro internacional de crianças**

Não há processos que versam sobre sequestro internacional de crianças registrados no APOLO.

16.1.2. Regularidade das ações que versam sobre entrega de certificado de naturalização

Processos em tramitação / Opção de Nacionalidade, classe 7004:

0095028-64.2016.4.02.5101: processo distribuído em 18/07/2016. Sentença, publicada em 27/06/2018, homologando a opção definitiva de nacionalidade e, via de consequência, a expedição de ofício ao Registro Civil da 1ª Circunscrição de Pessoas Naturais (art. 32, § 4º, da Lei nº 6.015/73). Baixa em 15/10/2018.

0111326-97.2017.4.02.5101: processo distribuído em 27/04/2017. Sentença, publicada em 25/08/2017, homologando a opção definitiva de nacionalidade. Despacho em 13/03/2018 determinando a expedição de ofício ao Registro Civil da 1ª Circunscrição de Pessoas Naturais, para enviar a cópia da certidão de trânsito da sentença proferida pelo Juízo, para fins de registro da opção de nacionalidade referente ao processo 2017.51.01.111326-0, cuja autora é L. C. D. M, em aditamento ao Ofício nº OFI. 0015.000331-7/2017.

0104804-54.2017.4.02.5101: processo distribuído em 19/04/2017. Sentença, publicada em 17/10/2017, homologando a opção definitiva de nacionalidade e, via de consequência, a expedição de ofício ao Registro Civil da 1ª Circunscrição de Pessoas Naturais (art. 32, § 4º, da Lei nº 6.015/73). Baixa em 12/12/2017. Reativação em 08/08/2018 e na mesma data concluso para despacho.

0146803-84.2017.4.02.5101: processo distribuído em 11/07/2017. Sentença, publicada em 09/10/2017, homologando a opção definitiva de nacionalidade e, via de consequência, a expedição de ofício ao Registro Civil da 1ª Circunscrição de Pessoas Naturais (art. 32, § 4º, da Lei nº 6.015/73). Ofício do Registro da Circunscrição de Pessoas Naturais em



JUSTIÇA
FEDERAL

TRF2

Corregedoria-Regional da Justiça Federal da 2ª Região

Correição Ordinária na **15VF-RJ – 22 a 26/10/2018**

12/07/2018 solicitando o envio da certidão de trânsito em julgado, pois necessário para o ato de registro da Opção de Nacionalidade, e na mesma data concluso ao juiz.

TRF2
Fls 107



17. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES DA CORREIÇÃO ANTERIOR

O processo relativo à Correição Ordinária anterior (nº 2016.02.01.900061-6, SIAPRO), realizada de 25 a 29/07/2016, foi arquivado em 21/11/2016 sem pendências às recomendações anteriores desta Corregedoria, a seguir listadas, comunicadas à unidade jurisdicional em 28/09/2016 (Ofício TRF2-OFI-2016/17938), e atendidas pelo Juízo em 28/10/2016 (Ofício JFRJ-OFI-2016/096660).

1. *Buscar o cumprimento das Metas do CNJ, atentando para os processos listados nos itens respectivos do relatório;*
2. *Dar o devido andamento aos processos parados há mais de 30 dias (209), bem como aos conclusos com prazo vencido (922, sendo 650 para despacho);*
3. *Verificar a situação dos “processos com remessa externa”, e seu expressivo quantitativo (291 processos), os quais se encontram com os prazos de devolução vencidos;*
4. *Verificar os processos suspensos, cujo motivo para suspensão já tenha cessado ou tenha sido cadastrado equivocadamente, nos termos do destacado no relatório;*
5. *Efetuar a anotação de sigilo de peças no sistema Apolo do processo nº 00414148620124025101, uma vez que existe nos autos a respectiva ordem judicial;*
6. *Evitar que as próximas sentenças sejam classificadas como “vazias”, preenchendo-se todos os campos do sistema Apolo (campo 'tipo', no canto direito da página do sistema Apolo), quando do registro do movimento de conclusão;*
7. *Atentar para a correta classificação das sentenças, evitando-se que as próximas recebam classificações divergentes no sistema Apolo e no corpo do seu texto, e ainda, para a indicação da respectiva classificação, conforme indicado no respectivo item deste relatório;*
8. *Regularizar, no que couber, o lançamento da fase 18 no sistema Apolo, considerando que o mapa estatístico apontou 369 processos com tal fase não informada;*
9. *Buscar reduzir ao mínimo o tempo médio entre o início da execução e a expedição do Precatório/RPV;*
10. *Verificar e, conforme o caso, atualizar/retificar o cadastro de bens constritos/penhorados, conforme o respectivo item deste relatório.*



JUSTIÇA
FEDERAL

TRF2

Corregedoria-Regional da Justiça Federal da 2ª Região

Correição Ordinária na **15VF-RJ – 22 a 26/10/2018**

TRF2
Fls 109

18. BOAS PRÁTICAS OBSERVADAS

Não foram identificadas ou relatadas boas práticas.



19. COMPILAÇÃO DAS SUGESTÕES DA EQUIPE DE CORREIÇÕES

Sugere-se ao órgão correccionado, no prazo de 30 dias:

- 1) perseverar nos esforços para cumprir as metas nº 2 CNJ/2018 (Julgamento de processos antigos) e nº 3 CNJ/2018 (Conciliação), e estabelecer estratégia de gestão para elevar a quantidade de processos baixados em relação aos casos novos em execução (Item 5.3);
- 2) evitar, nas próximas sentenças, divergência entre o tipo anotado e o registrado no sistema processual, conforme Resolução CJF 535/2006, arts. 192 a 193, da CNCR, Provimento Conjunto TRF n.º 03/2008, e Ofícios-Circulares T2-OCI-2010/00004, 2011/00013, e 2011/00099) (Item 6.1);
- 3) priorizar decisão e despacho nos processos conclusos além dos prazos previstos no art. 227, I e II, CNCR antiga (Item 6.3);
- 4) adotar procedimentos para assegurar a feitura de registro de sigilo de peças somente quando houver determinação específica nos autos (Item 9.2);
- 5) identificar e movimentar os processos não conclusos que aguardam movimentação pela Secretaria do Juízo além dos prazos estabelecidos na CNCR (art. 57, atual e art. 228, antiga) (Item 9.3);
- 6) criar rotinas de trabalho para atender os prazos estabelecidos no art. 227 e 228 da CNCR/2011, força do art. 333 da CNCR/2018, especialmente nas ações e situações sujeitas à verificação obrigatória (Item 10);
- 7) uniformizar a anotação do motivo da suspensão em casos de recursos repetitivos ou repercussão geral, com a vinculação dos feitos ao processo paradigma na ferramenta disponível no sistema Apolo (aba Paradigmas – opção Associar Processos) (Item 11);
- 8) regularizar o material acautelado na secretaria do juízo:
 - a. registrando no sistema de acompanhamento processual as mídias acauteladas nos processos nºs 0081913-73.2016.4.02.5101 e 0500269-17.2017.4.02.5101, elaborando o respectivo termo de acautelamento;
 - b. atualizando a localização do *pen drive* acautelado no processo nº 0078900-66.2016.4.02.5101;
- 9) adotar rotinas de trabalho para lavratura de termo de acautelamento, com indicação do local de custódia, anotação no sistema eletrônico de acompanhamento processual e aviso nos autos, cf. art. 181 da CNCR (Item 13).



20. ENCERRAMENTO

Tudo verificado, submeto a Vossa Excelência o presente relatório, elaborado pelos servidores da Corregedoria Regional FREDERICO LOURENÇO RIBEIRO, RENAN GIUSTI BARBOSA, VICTOR MANOEL MARTINEZ, CARLOS CÉSAR DE SOUZA DINIZ e CARLOS ALBERTO DE ARAÚJO ROCHA, revisado e subscrito por FABIO ALDROVANDO, Assessor Judiciário, matrícula 15.939, nesta data.

Rio de Janeiro, 23 de novembro de 2018.

FABIO ALDROVANDO

Assessor Judiciário